

Editorial

Passaram-se dez anos desde que a Capes abordou, pela primeira vez, de forma direta e concreta, a questão da flexibilização da pós-graduação com a proposta do mestrado profissional (MP). Para marcar essa data e dar continuidade aos debates ocorridos no Seminário “Para Além da Academia” – promovido pela Diretoria de Avaliação da Capes e realizado na Unifesp de 30 de março a 1º de abril de 2005 – a RBPG dedica este número exclusivamente ao tema mestrado profissional.

Costuma-se dizer que essa modalidade de mestrado foi *criada* pela Capes por meio da Portaria nº 47/95. Em verdade, a idéia de uma pós-graduação profissional já estava presente trinta anos antes, nos argumentos que deram sustentação ao Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE/ C.E.Su nº 977/65) – o chamado “Parecer Sucupira” – que regulamentou a pós-graduação brasileira. De acordo com suas próprias palavras, o ilustre parecerista propunha-se a regulamentar esse nível de educação “evitando estabelecer padrões rígidos que viessem prejudicar a flexibilidade essencial a toda pós-graduação”. Salientava ainda que, tanto no caso do doutorado como do mestrado, “é comum se distinguirem os graus acadêmicos ou de pesquisa e os graus profissionais”. Tais considerações, entretanto, não foram suficientes para que os conceitos de flexibilidade e de graus profissionais fossem incorporados na pós-graduação *stricto sensu* e ganhassem expressão concreta nos programas que a partir de então foram criados.

Com uma tradição já bem estabelecida de pós-graduação exclusivamente acadêmica, esta agência resolveu revisitar o Parecer Sucupira e, por meio da Portaria nº 47/95, “determinar a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional”. Em outras palavras, informava-se às instituições interessadas em oferecer mestrados que havia a possibilidade de tais cursos terem um “viés profissional” e que tais propostas, em razão disso, não seriam prejudicadas no processo de análise para recomendação. Em suma, estava lançado um convite discreto a avançar pelos caminhos nunca percorridos dessa forma de flexibilização da pós-graduação brasileira. Nesse sentido, a portaria da Capes de 1995 foi, de fato, a primeira regulamentação do mestrado profissional.

A resposta da academia foi, com poucas exceções, de perplexidade: algumas áreas permaneceram reticentes; outras, francamente hostis. O modelo monolítico e consolidado do mestrado acadêmico pareceu a muitos ameaçado pela possibilidade de outros percursos de formação, mais ágeis e supostamente menos exigentes, para a obtenção do grau de mestre. Mesmo sem ter tido uma acolhida entusiástica, o mestrado profissional – inicialmente, “profissionalizante” – foi incorporado, a partir de então, como item obrigatório na agenda dos debates sobre a pós-graduação.

Ao longo da década, sobretudo nos últimos anos, observa-se uma lenta, mas gradual mudança de mentalidade – que se expressa nos quase 140 mestrados profissionais hoje existentes, e no crescente número de novas propostas dessa modalidade encaminhadas à Capes. Afinal, percebe-se a importância, tanto do mestre “professor” *magister* como do mestre “profissional especializado” *master* – termos e funções, aliás, não desconhecidos na tradição acadêmica, em algumas épocas, países e áreas.

Este número temático da RBPG quer apresentar a *status quaestionis* do MP no âmbito da Capes e da academia, e assim oferecer uma contribuição para que a discussão assuma bases que permitam um debate mais informado, revisões e, possivelmente, avanços no trato da questão. Por isso é dado destaque à seção Debates que, desta vez, abre a apresentação dos trabalhos. Alguns versam sobre necessidades de áreas específicas do conhecimento – como engenharias, saúde coletiva, administração, planejamento regional e urbano, ecologia e meio ambiente – e experiências de MP em andamento. Outros abordam a problemática de uma forma mais ampla no contexto da pós-graduação brasileira.

O artigo “O mestrado profissional na política atual da Capes” de Renato Janine Ribeiro, diretor de Avaliação da Capes, apresenta o posicionamento da entidade nessa questão. O autor desenvolve pontos discutidos no seminário “Para Além da Academia” e destaca três necessidades da sociedade atual que levam a acreditar na importância do MP: formação cada vez mais qualificada em vários setores que não lidam com a pesquisa de ponta; aumento das titulações no País; transferência de conhecimento científico para as empresas ou para o mercado, com vistas a benefícios da sociedade como um todo, setor público e movimentos sociais.

Cláudio de Moura Castro, que já presidiu a Capes em um período de grande expansão da pós-graduação e nos inícios da avaliação, em seu artigo “A hora do mestrado profissional”, pondera que o MP “está chegando tarde”. Afirma que as diretrizes que a Capes deve adotar para a implantação de uma nova linha de mestrados profissionais devem capitalizar a experiência recente com tais mestrados e corrigir algumas deficiências que foram registradas nas políticas adotadas.

Tânia Fischer, conhecedora do problema e com larga experiência na implementação de mestrados profissionais na área de Administração, identifica, no artigo “Mestrado profissional como prática acadêmica”, as configurações, tensões e dilemas desse tipo de curso e ressalta a importância que ele representa para promover experiências inovadoras que contribuam para a renovação da pós-graduação brasileira.

Rosélia Piquet, José Agostinho Anachoreta Leal e Denise Cunha Tavares Terra destacam, em “Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação”, as lacunas na formação pós-graduada brasileira na área do planejamento regional e urbano, e o papel que essa modalidade de curso poderá ter para um melhor aparelhamento das administrações públicas locais.

Vladimir Oliveira da Silveira e Felipe Chiarello de Souza Pinto encerram a seção Debates com “Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional”. Os autores questionam a função do MP diante da proliferação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e alertam para que os objetivos e a área de atuação dos primeiros não se sobreponham aos níveis de estudos de pós-graduação já existentes.

O trabalho de Donizeti de Andrade, Paulo Rizzi e Sérgio Frascino Muller de Almeida, “Experiência em parceria estratégica: Mestrado Profissional em Engenharia Aeronáutica, ITA-Embraer”, apresenta uma experiência única de MP e mostra como foi desenvolvido um modelo bem-sucedido de parceria estratégica entre uma empresa e uma instituição de ensino e pesquisa, do porte da Embraer e do ITA, respectivamente.

Naomar Monteiro de Almeida Filho e colaboradores apresentam a experiência acumulada com a oferta de cinco edições de MPs realizadas em parcerias com instituições nacionais e estaduais e desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na UFBA.

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes e Marcos Antonio Rocha Baltar, com o artigo “Novas perspectivas para mestrados profissionais: competências profissionais e mercados regionais”, consideram a validade do conceito mestrado profissional para as IES e para o mercado a partir do cenário empresarial e da conjuntura da região de Caxias do Sul-RS.

Vahan Agopyan e João Fernando Gomes de Oliveira abrem a seção de Estudos com o artigo “Mestrado profissional em Engenharia: uma oportunidade para incrementar a inovação colaborativa entre universidades e os setores de produção no Brasil”. Os autores ressaltam que o MP se constitui em um forte catalisador de integração entre academia e setor produtivo, potenciando a competitividade das empresas brasileiras.

Fábio Rúbio Scarano e Paulo Eugênio A. M. Oliveira argumentam “Sobre a importância da criação de mestrados profissionais na área de ecologia e meio ambiente” e apontam a necessidade de uma ligação mais firme entre acadêmicos e tomadores de decisão.

Kátia Valéria Araújo Melo e Rezilda Rodrigues Oliveira, no trabalho “Origens e desenvolvimento institucional de um mestrado profissional”, apresentam um estudo de caso do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste - UFPE, focalizando os processos de institucionalização do mestrado profissional e os estágios até agora alcançados.

Fechando a seção, Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas, José Rodrigues Faria Filho e Sergio Luiz Braga França destacam, em “O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro”, a integração e complementação entre os problemas profissionais e o conhecimento gerado na Universidade e levantam a necessidade de esclarecimento de algumas questões relativas ao corpo docente.

Uma visão ampla e bastante completa das iniciativas e discussões ocorridas na Capes sobre a questão do mestrado profissional é apresentada por Elionora Cavalcanti de Barros, Márcia Cristina Valentim e Maria Amélia Aragão Melo, no trabalho “O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições”, que, pela importância dos registros históricos apresentados, foi incluído na seção Documentos. Entre outros documentos, são publicadas as Portarias da Capes de nº 47 e nº 80, que dizem respeito à regulamentação do MP.

Em suma, este número temático da *RBPG* apresenta, no conjunto, o caminho percorrido e a atual situação do MP no Brasil - um tema por muito tempo deixado à margem e ainda ignorado por amplos setores da comunidade acadêmica. Acreditamos que, à luz dessas informações e discussões tanto a universidade quanto o setor produtivo e o governamental são instados a participar da formação e aperfeiçoamento de quadros para apoiar o desenvolvimento do Brasil. Enquanto o debate continua, as experiências multiplicam-se desafiando o grau de flexibilidade e a capacidade inovadora da pós-graduação.

FERNANDO SPAGNOLO

Editor